



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Ciências da Educação

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



MARIANA DA SILVA Y CASTRO

**BIBLIOTECA ESCOLAR PARA TODOS:
aplicação da NBR 9050**

Florianópolis, 2015.

MARIANA DA SILVA Y CASTRO

**BIBLIOTECA ESCOLAR PARA TODOS:
aplicação da NBR 9050**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação de Prof^o Araci Isaltina de Andrade Hillesheim.

Florianópolis, 2015.

**Ficha catalográfica elaborada por Mariana da Silva y Castro, graduanda em
Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**

C355b Castro, Mariana da Silva y. 1985 -
Biblioteca escolar para todos: aplicação da NBR
9050 / Mariana da Silva y Castro. – 2015.
76 f.; 30 cm

Orientador: Araci Isaltina de Andrade Hillesheim
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2015.

1. Biblioteconomia. 2 Biblioteca Escolar –
Acessibilidade.3. Acessibilidade I. Hillesheim Araci
Isaltina de Andrade. II Título

CDU 027.8

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5.



Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
- criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

- Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original.
- Uso não-comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Compartilhamento pela mesma licença. Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, somente poderá distribuir a obra resultante com uma licença idêntica a esta.

Acadêmica: Mariana da Silva y Castro

Título: **Biblioteca escolar para todos**: aplicação da NBR 9050

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado com nota 10,0.

Florianópolis, 2 de dezembro de 2015.



Professora Araci Isaltina de Andrade Hillesheim, Me
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Orientador



Sonali Paula Molin Bedin, Me
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora



Priscila Machado Borges Sena, Me
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora

Dedico a minha avó e madrinha Alice Zilli dos Santos. Que Deus a receba em seus braços com todo o amor e ternura, e que sua nova jornada seja repleta de luz e aventuras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu marido Eleison y Castro, por fazer parte desta jornada e de muitas outras. Por me incentivar a concluir a graduação. Obrigada por fazer parte da minha história.

Agradeço a minha filha Manuela da Silva y Castro, parte da minha essência. Por me motivar a jamais desistir.

Aos meus pais Rozita da Silva e Ivan Antônio da Silva, por me incentivar e apoiar na conclusão da tão sonhada graduação. Por estarem presentes em todas as etapas dos meus estudos.

Ao meu irmão, Heitor Antônio da Silva pelo apoio e carinho.

A minha orientadora, Professora Araci Isaltina de Andrade Hillesheim, pelo apoio, carinho e incentivo.

A minha sogra Clenice Pereira y Castro e minhas cunhadas Mariane y Castro e Micheli y Castro, por me apoiar e incentivar nos momentos que precisei.

Ao meu avô José Carlos Mafra, e minha avó Alice Zilli dos Santos, por me aguardarem todas as noites depois das aulas.

Ao Colégio Estadual Getúlio Vargas, por abrir as portas da instituição e pela imensurável receptividade durante a minha pesquisa.

A todos aqueles que de alguma maneira fizeram parte da minha história na graduação. Colegas, professores, amigo e família, que de alguma forma deixaram sua marca nesta minha caminhada, com algumas palavras, risadas, broncas ou lições.

Obrigada a todos.

RESUMO

CASTRO, Mariana da Silva y. **Biblioteca escolar para todos**: aplicação da NBR 9050, 2015. 76 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Averiguação da NBR 9050:2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) na Escola Estadual Básica Getúlio Vargas. O objetivo da pesquisa foi identificar se a biblioteca escolar selecionada está preparada estruturalmente para atender aos alunos com deficiência. A metodologia adotada para responder aos objetivos definidos foi o método comparativo, classificada como uma pesquisa descritiva e de cunho qualitativo. Para a coleta de dados foram utilizados sete quadros com a finalidade de comparar a norma com o espaço físico da biblioteca e das rotas traçadas de acordo com o layout da escola, para verificar se o aluno com deficiência consegue chegar de qualquer edificação até a porta da biblioteca.. A fundamentação teórica aborda os conceitos e tipos de deficiência, as dificuldades encontradas pela pessoa com deficiente no espaço físico e social; indica a biblioteca como centro de inclusão social; aborda as principais políticas para a educação inclusiva; e apresenta a Norma 9050 de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Os resultados discorrem sobre a análise dos quadros, apontando as deficiências estruturais na biblioteca e nas rotas, sugerindo a adequação a norma em alguns pontos observados e ressaltando os aspectos que se encontram dentro da norma.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Biblioteca Escolar – Acessibilidade; Acessibilidade.

ABSTRACT

CASTRO, Mariana da Silva y. School library for everyone: application of NBR 9050, 2015, 76 f . Work Completion of course (Diploma in Librarianship) - Education Sciences Center , Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2015

Investigation of NBR 9050: 2004 (Accessibility to buildings, furniture, spaces and urban facilities) at the State Primary School Getúlio Vargas. The objectives of the survey was to identify whether the selected school library is structurally prepared to serve students with disabilities. The methodology adopted to meet the defined objectives adopted a comparative method, classified as a descriptive and qualitative approach research. For data collection were used seven frames for the purpose of comparing the norm with the physical space of the library and routes drawn in accordance with the school layout to see if the student with disabilities can get from any building to the door of library. Based on two stages, the first to analyze the library and the second to analyze the routes outlined in the educational institution. The theoretical framework deals with the concepts and types of disability, the difficulties encountered by the poor in the physical and social space; indicates the library as a center for social inclusion; It addresses the key policies for inclusive education; and presents the 9050 standard of accessibility to buildings, furniture, spaces and urban facilities. The results discourse on the analysis of the pictures, pointing out the structural weaknesses in the library and on the routes, suggesting the suitability standard in some observed points and highlighting the aspects that are within the norm.

Keywords : Library ; School Library - Accessibility ; Accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto distância das estantes.....	36
Figura 2 – Foto altura das estantes.....	37
Figura 3 – Foto acervo de CDs e DVDs.....	38
Figura 4 – Foto computadores.....	39
Figura 5 – Foto mesas.....	41
Figura 6 – Foto balcão de atendimento.....	43
Figura 7 – Foto porta da biblioteca.....	46
Figura 8 – Foto escada prédio 2.....	50
Figura 9 – Pisos tátil alerta e direcional.....	51
Figura 10 – Foto desníveis na rota acessível.....	54
Figura 11 – Rota acessível entrada do colégio e corredor de entrada ao prédio 2 ...	55
Figura 12 – Foto rota E e Rota G rampas de acesso as edificações.....	56
13 – Foto rampas na rota acessível.....	58
Figura 14 – Croqui rampas: rota acessível.....	59
Figura 15 – Fotos escadas no prédio 2.....	61
Figura 16 – Foto rota acessível corredor interno e externo prédio 2.....	62

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura.....	35
Cont. Quadro 2 – Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura.....	36
Quadro 3: Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho	40
Quadro 4: Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Balcões.....	42
Quadro 5 – Avaliação da Biblioteca: Acesso de circulação – Piso e Porta.....	44
Quadro 6 – Avaliação das Rotas: Sinalização.....	48
Quadro 7 – Avaliação das Rotas: Acesso de circulação.....	52
Quadro 8 – Avaliação das Rotas: Escola	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

art. – artigo

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Cont. – Continuação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NBR – Norma Brasileira

P.C.R – Pessoa em Cadeira de Roda

SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado

UFSC – Universidade Federal De Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Conceitos de deficiência e seus diferentes tipos.....	15
2.2 Dificuldades no espaço físico e social.....	18
2.3 Biblioteca como centro de inclusão social.....	19
2.4 Políticas para educação inclusiva	21
2.5 NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	24
3.1 Caracterização da pesquisa	27
3.2 Delimitação da pesquisa	29
3.3 Coleta dos dados.....	31
3.4 Caracterização do campo de pesquisa	32
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	34
4.1 Avaliações da biblioteca	34
4.2 Avaliação das rotas	47
5 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	71
APÊNDICE A – Descrição dos itens da NBR 9050 analisados na pesquisa.....	71
APÊNDICE B – Croqui layout da biblioteca	74
APÊNDICE C – Croqui estrutural da escola: Rotas.....	75

1 INTRODUÇÃO

A criança que possui alguma deficiência tem dificuldades de interação social, causa estranheza não apenas entre outras crianças, mas em parte da sociedade. A inclusão social se dá em todas as idades e tem seu início na idade escolar.

Por sua vez a escola tem o recurso facilitador do processo de ensino-aprendizagem, que é a biblioteca escolar servindo como ferramenta imprescindível no apoio educacional, didático-pedagógico, cultural e fonte de inclusão social. Fica evidente a importância do papel da biblioteca nas escolas, e principalmente, na vida social das crianças com deficiência. É impossível não se questionar: A biblioteca escolar está preparada estruturalmente para atender estes alunos?

A fim de responder o questionamento, é imprescindível evidenciar as tantas políticas para a Educação Inclusiva, entre elas destaca-se a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina que fortalece questões correlacionadas com direito a inclusão da pessoa com deficiência na rede de ensino regular do Estado. Existe também o Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em especial o art. 24 da Seção II que garante o direito a pessoa deficiente frequentar o ensino regular. Desta forma, as duas leis caminham juntas no processo de aprendizagem de um aluno com deficiência dentro da Biblioteca Escolar. E para amparar tais leis existe a norma NBR 9050 que estabelece critérios e parâmetros técnicos para proporcionar condições de acessibilidade.

Teoricamente, estas leis e norma devem garantir a acessibilidade a todo indivíduo com ou sem deficiência, mas na prática sabe-se que nem sempre funciona deste modo. É indispensável que a biblioteca escolar garanta o mínimo possível de qualidades para servir como facilitadora na inclusão de seus usuários na comunidade escolar, em especial as crianças com deficiência.

Como base e limitação para o campo de pesquisa, escolheu-se uma Unidade Escolar a qual será apresentado um levantamento da estrutura da biblioteca avaliando se está dentro da norma NBR 9050 por meio de um quadro comparativo. Este quadro será aplicado na análise dentro da biblioteca escolar e ao entorno dela, ou seja, dentro da Instituição escolhida. Assim, foi possível avaliar se a biblioteca está estruturalmente adequada a atender seus alunos com deficiência e se existe acessibilidade dentro da escola para que os mesmos alunos possam acessá-la.

A justificativa do tema se ampara no princípio de que é visível a falta de infraestrutura para acessibilidade de pessoas com deficiência na maioria das unidades escolares, mesmo que o grupo em questão possua seus direitos garantidos por leis e decretos. É importante ressaltar que as adequações para acessibilidade são realizadas de maneira esporádica na medida em que as escolas são reformadas. Por tanto, observa-se que estas instituições não aderem de uma forma geral a facilitação de acesso, principalmente no ambiente interno da biblioteca, resolveu-se assim verificar se a biblioteca contemplada possui infraestrutura de acessibilidade, seguindo a norma e legislações vigentes.

Para responder a questão definiu-se como objetivo principal Identificar se a Biblioteca Escolar selecionada está preparada estruturalmente para atender aos alunos com deficiências. Já os objetivos específicos foram: a) Verificar por meio da análise *in loco* se a estrutura interna da biblioteca escolar está dentro das normas NBR 9050; b) Levantar se existe acessibilidade ao entorno da biblioteca, ou seja, dentro da instituição; c) Apontar, caso necessário, as alterações/implantações necessárias para adequação à norma de acessibilidade.

Após o levantamento foi possível apontar as alterações/implantações necessárias para adequação à norma de acessibilidade. Desta forma, a unidade contemplada poderá usar os dados coletados para a melhoria de seu espaço, tornando este trabalho importante não apenas para o universo acadêmico, mas também para os usuários da biblioteca da escola analisada.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: A primeira seção apresenta uma introdução sobre o tema tratado neste estudo, objetivos e justificativas da pesquisa. A segunda seção apresenta a revisão de literatura sobre os conceitos e os tipos de deficiência; as dificuldades encontradas pelos deficientes; a biblioteca como centro de inclusão social; as políticas para a educação inclusiva; e a NBR 9050, norteadora deste estudo. A terceira seção do trabalho apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. A quarta seção apresenta a descrição e exploração dos resultados obtidos com o estudo realizado. A quinta seção apresenta as considerações finais. Para complementar o trabalho, seguem-se as referências e os apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todas as pessoas têm seus direitos assegurados pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Tem seu art. 6º maior especificidade com correlação aos direitos sociais, discorre que todos tem direito a “educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, ou seja, o deficiente também tem esses direitos garantidos nas diversas áreas. Porém na realidade isso não ocorre. Conforme Jacinto (2008, p. 90) “os deficientes ficam à margem de uma sociedade que não consegue conviver plenamente com as diferenças”, ou seja, o não cumprimento das leis leva ao preconceito, a exclusão, ou dificulta o acesso desse grupo de pessoas que possuem necessidades distintas da grande maioria dos indivíduos, e isso também ocorrer na biblioteca escolar.

Nesta seção apresenta-se o referencial teórico que ampara esta pesquisa, para tal foram desconsideradas as deficiências mentais. Abordará os conceitos e os tipos de deficiência; as dificuldades encontradas no espaço físico e social por este grupo; discutirá a biblioteca como centro de inclusão social e questões sobre acessibilidade como políticas para educação inclusiva; e a NBR 9050 que estabelece critérios e parâmetros técnicos para proporcionar condições de acessibilidade.

2.1 Conceitos de deficiência e seus diferentes tipos

Conforme o Dicionário *on-line* Michaelis (2015) o termo deficiência é definido como:

de.fi.ci.ên.cia **1** Falta, lacuna. **2** Imperfeição, insuficiência. **3 Biol** Mutação cromoss mica que consiste na perda de um pedaço de cromossomo.

Já o Dicionário *on-line* de Português (2015) define o termo como:

Insuficiência orgânica ou mental.
Defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor.

O conceito de deficiência é algo relativamente complexo visto a diversidade do termo em si. Durante a realização da pesquisa observou-se que não há um conceito geral para o termo, porém as legislações decorrentes definem deficiência de formas variadas.

Assim, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual delibera sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece as normas de proteção entre outras disposições, conceitua em seu art. 3º três níveis de deficiências:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Já o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, em sua alínea “e”, afirma que:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

A NBR 9050 baseia suas especificações de acordo com a norma, e conceitua deficiência e pessoa com mobilidade reduzida como sendo a:

deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. [...]

[...] pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.3- 4).

Assim, o conceito de deficiência é caracterizado como algo em constante mutação. Devido às características expostas nas citações acima pode-se averiguar a indicação de alguns tipos de deficiência e da diversidade de conceitos criados para melhor qualificar e explicar tal palavra, cada qual se adequa as suas normas e realidade. No entanto, o conceito que norteia esta pesquisa, será abordado pela NBR 9050 a qual compreende o objetivo do trabalho.

Os tipos de deficiências podem ser observados de acordo com as legislações aplicadas. Porém a maioria indica três tipos básicos, a motora, a visual e a auditiva.

Para o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 4º, atribuí cinco categorias para que uma pessoa seja considerada com deficiência, estas são:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, [...], exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas [...];

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

Do mesmo modo que o Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, em seu art. 1º, define o termo deficiência como:

[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001).

Como já mencionado anteriormente as deficiências mentais não serão consideradas na pesquisa, visto que não são abordadas pela norma em estudo.

2.2 Dificuldades no espaço físico e social

No atual cenário, é crescente a demanda por uma sociedade inclusiva. Desta forma, Costa (2003, p. 5) por meio de um contexto histórico relata os motivos de preconceito e as dificuldades no espaço social enfrentadas por pessoa com deficiência nos dias atuais:

A elaboração histórica-social da deficiência está associada a uma situação de desvantagem vivida pelos deficientes, envolvida pelo medo antigo de serem destruídos, e atualmente configura pelo medo da expulsão da coletividade, em decorrência da discriminação e do preconceito. [...] Em relação à deficiência, verifica-se que o preconceito, na maioria das vezes, é baseado em atitudes comiserativa, resultante do desconhecimento, esse podendo ser considerado a matéria-prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência – seja esse desconhecido relativo ao fato em si, às emoções geradas às reações subsequentes.

No passado, as pessoas com deficiência eram tratadas de maneira discriminatória. Suas histórias foram traçadas por atitudes justificadas como providências de ações e de cuidados, largadas em locais de isolamento, prisões ambientes de proteção, hospitais, sendo todas explicadas pela cultura e pelo momento histórico. (COSTA, 2003, p. 5)

Assim, Corrêa e Manzini (2012, p. 213) justificam que por meio de um contexto histórico, os motivos que levaram as escolas a não estarem preparadas para atender as crianças com deficiência que

[...] condições de acessibilidade física das escolas podem estar comprometidas devido à presença de barreiras arquitetônicas, pois muitas construções foram realizadas em épocas não muito recentes, quando o paradigma da inclusão e da filosofia do desenho universal não era concebido pela arquitetura dos edifícios públicos. Além disso, nessa época, não se considerava a presença dos alunos com deficiência, nas escolas de ensino comum.

Essas condições de não acessibilidade física nestas unidades escolares, podem dificultar a mobilidade de alunos com deficiência, porém já existem ações que objetivam a adequação e adaptação destes locais. É o caso do Brasil, que possui adequações de acessibilidade física nas instituições escolares previstas por diversas leis. No entanto, “não garante que o profissional da educação consiga planejar ou construir ambientes acessíveis”. (CORRÊA; MANZINI, 2012, p. 214).

Mesmo com os direitos garantidos por políticas inclusivas e normas brasileiras de acessibilidade como a NBR 9050, Benvegnú (2009) reforça que existem dificuldades de inclusão por parte das pessoas com deficiência nos sistemas de ensino, e maximiza a grande necessidade de se superar as práticas discriminatórias.

2.3 Biblioteca como centro de inclusão social

Como aborda Benvegnú (2009) a educação inclusiva é uma maneira de superar as exclusões vivenciadas no passado, e que a sociedade vive em constante processo de aprendizagem e educação. Assim, destaca que a escola expressa e reproduz algumas das relações sociais que são marginalizadas em nosso dia-a-dia, como as desigualdades sociais e o preconceito.

A exclusão escolar é descrita por Mantoan (2003, p. 10) como um ato de ignorância pelo aluno que à aplica, e discorre que:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

Neste contexto, a prática da responsabilidade social do bibliotecário em biblioteca escolar, deve servir como minimizador da exclusão escolar entre alunos, uma vez que todo aluno tem direitos igualitários a informação. Assim, Moraes e Lucas (2012, p. 109) discutem que a responsabilidade do profissional da informação, no passado estava voltada aos cuidados do acervo, no entanto o atual cenário é diferente. O bibliotecário se preocupa muito mais em promover a mediação e o acesso às informações, sempre pautado na “preocupação com o indivíduo e/ou com o grupo e com suas necessidades de informação”. Destacam que a “responsabilidade social do bibliotecário deixa de ser centrada na organização do acervo para dar conta, cada vez mais, dos processos de mediação da informação”.

No entanto, a inclusão social não se dá apenas em aspectos e práticas sociais, mas também como mecanismos para facilitar a inserção desta comunidade em específico, entre eles o acesso físico a algum ambiente, em especial a biblioteca escolar. Neste sentido, Fialho e Silva (2012, p. 155) discorrem que para uma biblioteca ser acessível é indispensável ter alguns requisitos como:

[...] instalações adequadas para atender cada um, conforme suas diferenças físicas, antropométricas e sensoriais; somando-se a isso a acessibilidade digital e tecnológica de forma organizada. Além disso, os funcionários devem ser solícitos no momento do atendimento, permitindo a acessibilidade. A parte arquitetônica e os produtos são fundamentais para um planejamento de biblioteca que seja acessível.

Para uma biblioteca torna um centro de inclusão social, auxiliar no processo de aprendizagem e absorver a necessidade da comunidade escolar, é necessário um aparato amplo e completo, não só do empenho de seus bibliotecários e equipe técnica, mas também suporte estrutural que dê acessibilidade à todos, independente

de deficiência ou não. E, para tal, o bibliotecário é amparado por políticas para educação inclusiva, leis estas que abrangem uma variedade significativa de temas inter-relacionados à acessibilidade.

2.4 Políticas para educação inclusiva

Contrário ao preconceito e a proibição de atitudes discriminatórias, surgem as Iniciativas Políticas para a Inclusão Social, que certamente inibem o preconceito quanto a seu exercício, mas não necessariamente quanto a sua formação. Sendo assim, se torna um movimento mundial pela educação inclusiva que existe por meio de ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, em prol da defesa do direito de todos os alunos estudarem juntos, frequentando o mesmo espaço, sem discriminação. (BRASIL, 2007)

Atualmente, são evidenciadas as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino com relação às práticas discriminatórias. Neste sentido, torna-se fundamental criar alternativas para superá-las e entre elas está a educação inclusiva. A Educação Inclusiva visa a promoção nas escolas e classes especiais, mudanças estruturais e culturais garantindo que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2007)

A primeira iniciativa de inclusão social foi em 1961 com a Lei Federal nº 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação, que foi revogada pela Lei nº 9.394 de 2006 e fez menção à educação especial quando elucidou que a “educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. (BRASIL, 1961, p.11)

No mesmo sentido, a Resolução nº 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabelece que os sistemas de ensino, possuem como desafio, se organizar para incluir os alunos com deficiências e atender suas necessidades educacionais especiais. Atualmente, institui como diretriz básica a Lei nº 9.394 de 2006. (PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2015)

Outra iniciativa foi em 1988 com a Constituição Federal, em seu art.3º inciso IV, declara como objetivo primordial “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Garante

no capítulo III art. 205º que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada em companhia da sociedade, objetivando o desenvolvimento da pessoa. No seu art. 206º inciso I estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988)

Do mesmo modo que a Constituição Estadual de 1989 em seu capítulo III art. 161º afirma que é dever do Estado e da família garantir a educação, um direito de todos, e que visa o exercício da cidadania. Assim como em seu art. 162º que estabelece que o ensino seja sustentado com base na “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Complementa-se ainda com o art. 163º que garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial da rede de ensino estadual. (SANTA CATARINA, 1989)

Dentre as outras diversas destaca-se a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990). O documento internacional que impulsionou e influenciou a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, surgiu na Conferência Mundial em Jomtien, Tailândia, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). (UNESCO, 1990)

Quatro anos mais tarde, surge a Declaração de Salamanca que ocorreu na Conferência Mundial de Educação Especial, no qual estavam presentes oitenta e oito governos e vinte e cinco organizações internacionais na cidade de Salamanca, Espanha. Nesta conferência foi reafirmado o compromisso para com a “Educação para Todo” reconheceu-se a necessidade de urgência na tomada de medidas para educação de crianças, jovens e adultos com deficiência no sistema regular de ensino. O documento dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. (UNESCO, 1994)

Já a iniciativa brasileira de grande impacto para rede de ensino em prol da igualdade de educação para todos, ocorreu em 1999 com o surgimento do Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. O decreto também estabelece em seu art. 10º que sua execução deve atuar de modo integrado e coordenado, seguindo planos, programas e prazos aprovados pelo CONADE (Conselho Nacional dos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência).

No art. 24º do mesmo decreto ficam estabelecidos critérios para inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional das escolas ou instituições

especializadas, públicas e privadas. Sendo a oferta obrigatória e garante a este aluno os mesmos direitos dos alunos ditos normais, como material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo. Assim como nos parágrafos 3º, 4º e 5º garantem que o ensino deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano e que deverá possuir orientações pedagógicas individualizadas, sendo que a construção e reforma de estabelecimentos deverá atender as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relativas à acessibilidade. (BRASIL. 1999).

Outra iniciativa Federal é o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, coordenado pelo Ministério das Cidades. O principal desafio do programa é expandir a visão dos problemas de circulação, a fim de apoiar e estimular os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que estabeleçam acesso para pessoas com deficiência no transporte, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas. Uma das propostas foi a implementação do Decreto nº 5.296/04 que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, e estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Portal do Ministério das Cidades,)

Desta forma, o Decreto nº 5.296 de 2004, em seu art. 14º estabelece que para promoção da acessibilidade, devem ser aplicadas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT e orientado pelas normas contidas na legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. E em seu art. 24º constitui que as instituições de ensino de qualquer nível, públicas ou privadas, devem garantir condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas deficientes, e incluem salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004).

Em caráter Estadual, a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina fortalece questões correlacionadas com direito a inclusão da pessoa com deficiência de rede de ensino regular. Assim estabelece que o:

[...] princípio de educação inclusiva, [...], garantindo às pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidade atendimento educacional por meio do qual possam desenvolver suas potencialidades para que sejam percebidas pelo outro e por si mesmas como sujeitos de direitos. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p. 21)

Garante ainda que, a “todas as pessoas na faixa etária de zero a quatorze anos deverá ser assegurado acesso, mediante a garantia de matrícula e de frequência, às escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental”, e por meio do poder público e do sistema de ensino, “disponibilizará um conjunto de recursos educacionais e serviços de educação especial que possibilitem a permanência, com qualidade, dos educandos com deficiência”, prosseguimento aos níveis mais elevados de ensino. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p. 19).

Assim, para garantir acessibilidade aos alunos, a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina prevê alterações curriculares que devem ser contempladas no Projeto Político Pedagógico de cada escola. As adaptações de acesso ao currículo são no mobiliário adaptado; Sistemas Alternativos de Comunicação; Softwares educativos específicos; Equipamentos para mobilidade; Materiais didáticos pedagógicos adaptados (em Braille e em LIBRAS); Recursos adaptados para uso de equipamento de informática; Recursos ópticos e não-ópticos; Prótese auditiva; Posicionamento adequado do aluno em sala de aula; Adaptação e adequação do espaço físico da escola. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2006, p.38)

Para amparar as diversas iniciativas citadas, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, cria o *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas*. Um manual ilustrado e de fácil entendimento baseado na NBR 9050, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para tender o Decreto-lei nº 5.296/2004. (DISCHINGER; ELY; BORGES, 2009)

2.5 NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Corrêa e Manzini (2012, p. 215) discutem sobre a importância da avaliação do espaço físico no ambiente escolar identificando barreiras que interferem nas atividades do aluno. Assim, permite a escola e aos profissionais que nela atuam, como professores, direção e coordenação, realizar um planejamento arquitetônico do ambiente escolar e tornar o ambiente um local de inclusão.

Mesmo que esse profissional não consiga, de imediato, adaptar as necessidades identificadas na sua escola, por alguma questão – como a orçamentária – ele pode adequar o uso dos espaços da escola, como, por exemplo, remanejar o local da atividade ou evitar que os alunos se locomovam por determinados espaços, que são perigosos e que possuem condições de acessibilidade física ruins. (CORRÊA e MANZINI 2012, p. 215)

Neste sentido, a NBR 9050, estabelece critérios de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e se fundamenta nas seguintes definições de acessibilidade:

3.1 acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

3.2 acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

3.3 adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

3.4 adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 2).

A NBR 9050 é uma norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1940. A NBR 9050 é considerada de utilidade pública pela Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962. A norma possui como objetivo primordial apresentar condições de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos além de:

1.1 Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

1.2 No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

1.3 Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

1.3.1 Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

1.3.2 Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível. [...]. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1).

Moraes (2007, p. 16-17) descreve a NBR 9050 como possuínte de 97 páginas e dividida basicamente em três partes:

Primeira parte [...] apresenta a norma, os propósitos, traz a aplicação da norma e definição de termos usados no documento como acessibilidade, deficiência e desenho universal; Segunda parte [...] apresenta os parâmetros antropométricos da norma, como área de cadeira de rodas, medidas de alcance máximo e mínimo, área de transferência e aproximação, etc., necessários para formulação dos parâmetros técnicos. Terceira parte apresenta os parâmetros técnicos e as determinações para os elementos espaciais.

No atual cenário, com todas as leis e normas sobre acessibilidade, surge a preocupação de diversas instituições em oferecer serviços e produtos acessíveis a todas as pessoas. “Como não poderia deixar de ser, as bibliotecas e unidades de informação têm procurado se inserir no universo da acessibilidade” (FIALHO; SILVA, 2012, p. 154). No caso das bibliotecas escolares, este ambiente é indispensável, já que deve atender as leis e regulamentações específicas voltada não apenas para o aluno deficiente, mas a todo o universo da escola. Assim, a NBR 9050 ampara os desafios da inclusão social, no sentido de tornar um local acessível e um ambiente tangível a toda comunidade da instituição. Sua aplicação e adequação são imprescindíveis para um bom funcionamento também da biblioteca

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa segundo Souza (2009, p. 15) se define como “uma atividade científica por meio da qual se revelam aspectos da realidade”. Assim também define Gil (2002, p. 17) quando esclarece que a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Desta forma, neste capítulo pretende-se descrever os procedimentos metodológicos que delimitam esta pesquisa, divididos em caracterização da pesquisa, delimitação da pesquisa, coleta e análise dos dados e a caracterização do campo de pesquisa.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se define como um método comparativo, classificada como uma pesquisa descritiva e de cunho qualitativo. O método comparativo é descrito por Souza (2009, p. 14) como a investigação de “coisas ou fatos, explicando-os segundo suas diferenças e similaridades [...]”. Estes princípios serão baseados na comparação de tabelas criadas a partir da NBR 9050 com a instituição escolhida para a pesquisa.

Com base nos objetivos propostos classifica-se como descritiva, uma vez que Gil (2008, p. 41) define que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Será aplicado como técnica de procedimento o estudo de caso que para Gil (2008) refere-se a uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento. A forma de abordagem do problema de estudo é do tipo qualitativa, que é definida por Sampieri, Collado e Lucio (2006) como a pesquisa que “dá profundidade aos dados, a dispersão, a

riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas”.

A pesquisa se dará por observação do espaço e análises da pesquisadora, se enquadrando conforme Gil (2008, p. 90), como uma pesquisa de cunho qualitativo conforme sua definição descreve.

[...] sobretudo naquelas em que não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar uma vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride [...]

Em relação à coleta de dados, conforme Gil (2008) “no estudo de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos”.

Para dar embasamento a pesquisa proposta foi realizada uma análise bibliográfica e verificar o que já foi publicado sobre o assunto abordado neste estudo, constituído principalmente de livros, de artigos de periódicos e material disponível na Internet. Em relação à pesquisa bibliográfica, Gil (2008, p.29-30) destaca que:

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho [...].

Assim, pretende-se alcançar os objetivos da pesquisa com a metodologia adotada, tornando esta análise importante não apenas para o universo acadêmico, mas também para implementação e adequação a norma, na escola estudada, em alguns pontos discutidos neste trabalho.

3.2 Delimitação da pesquisa

A pesquisa foi realizada na biblioteca da Escola Estadual de Educação Básica Getúlio Vargas, localizado no bairro Saco dos Limões, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Foi realizada uma comparação entre a NBR 9050, com a estrutura física da biblioteca escolar e do entorno dela, ou seja, dentro da escola.

Importante ressaltar que a norma discutida neste trabalho deve ir ao encontro dos objetivos propostos, logo nem todos os itens foram avaliados, como banheiros, auditórios, salas de aula, cozinha e outros. Destaca-se também que a norma aplicada se restringe a adequação de edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Desta forma, foram avaliadas condições de acessibilidades para deficientes motores (cadeirantes, e uso de bengalas para locomoção), deficientes visuais e auditivos.

Para cumprir com os objetivos específicos de verificar por meio da análise *in loco* se a estrutura interna da biblioteca escolar juntamente com seu entorno possuem acessibilidade, alguns dos itens da NBR 9050 não foram levados em consideração nesta pesquisa. No Apêndice A – Descrição dos itens da NBR 9050 analisados na pesquisa é possível observar as justificativas e itens a serem utilizados.

Neste sentido constata-se que os itens da norma citados a seguir são caracterizados como notas explicativas, não sendo avaliados na biblioteca ou nas rotas acessíveis. São eles:

- a) 1 – Objetivos;
- b) 2 – Referências Normativas;
- c) 3 – Definições;
- d) 5.1 – Formas de comunicação e sinalização (visual, tátil e sonora);
- e) 5.2 – Tipos de sinalização;
- f) 5.4 – Símbolos;
- g) 5.5 – Sinalização visual;
- h) 5.6 – Sinalização tátil;
- i) 5.8 – Línguas brasileira de sinais – Libras;
- j) 5.9 – Sinalização vertical - Visual e tátil.

Os itens da norma que não vão ao encontro dos objetivos e que também não serão avaliados na pesquisa são:

- a) 6.4 – Áreas de descanso;
- b) 6.10 – Circulação externa;
- c) 6.11 – Passarelas de pedestres;
- d) 6.12 – Vagas para veículos;
- e) 7 – Sanitários e Vestiários (7.1 até 7.4);
- f) 8.1 – Bens tombados;
- g) 8.2 – Locais de reunião;
- h) 8.3 – Locais de hospedagem;
- i) 8.4 – Serviços de saúde;
- j) 8.5 – Locais de esporte, lazer e turismo;
- k) 8.8 – Locais de comércio e serviços;
- l) 8.9 – Delegacias e penitenciárias;
- m) 9.1 – Bebedouros;
- n) 9.2 – Telefones;
- o) 9.4 – Assentos fixos;
- p) 9.7 – Cabinas de sanitários públicos;
- q) 9.8 – Abrigos em pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo;
- r) 9.9 – Semáforos ou focos de pedestre;
- s) 9.10 – Vegetação.

Outros itens que não serão avaliados são aqueles que a biblioteca ou a escola não possuem ou não se aplica no campo de pesquisa, tais como:

- a) 5.7 – Sinalização sonora gerais (utilizado para edificações);
- b) 5.15 – Sinalização de emergência (utilizado para edificações);
- c) 6.3 – Rotas de fuga – Condições gerais (utilizado para edificações)
- d) 6.8 – Equipamentos eletromecânicos;
- e) 9.6 – Equipamentos de autoatendimento;

Os itens que serão utilizados como base de apoio a dimensões são:

- a) 4 – Parâmetros antropométricos (4.1 até 4.8);

Os itens a serem trabalhados e discutidos na pesquisa são:

- a) 5.3 – Informações essenciais;
- b) 5.10 – Sinalização de portas;
- c) 5.11 – Planos e mapas táteis;
- d) 5.12 – Sinalização tátil de corrimãos;
- e) 5.13 – Sinalização visual de degraus;
- f) 5.14 – Sinalização tátil no piso;
- g) 6.1 – Circulação – Condições gerais;
- h) 6.2 – Acessos – Condições gerais;
- i) 6.5 – Rampas;
- j) 6.6 – Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis;
- k) 6.7 – Corrimãos e guarda-corpos;
- l) 6.9 – Circulação interna (corredores, portas e janelas);
- m) 8.6 – Escolas;
- n) 8.7 – Bibliotecas e centros de leitura;
- o) 9.3 – Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho;
- p) 9.5 – Balcões.

Logo dos 61 itens que a norma possui, 24 serão discutidos e avaliados, dentro dos objetivos da pesquisa.

3.3 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada por duas etapas. A primeira teve o objetivo de averiguar a adequação da NBR 9050 com a biblioteca da instituição. Também para melhor visualização e compreensão dos dados, foi desenhado um croqui do layout da biblioteca, apresentado no Apêndice B.

A segunda etapa consistiu na verificação da NBR 9050 com os caminhos da escola que levam a entrada da biblioteca. Foi traçada uma trajetória denominada de “rota acessível” que liga a entrada da instituição com a porta da biblioteca. Ligada a esta trajetória foi estruturado outros caminhos possíveis que um aluno com deficiência poderá realizar para chegar a “rota acessível”, como das salas de aula até a rota acessível, do refeitório até a rota acessível, da secretária até rota acessível e assim por diante. Para esta se apresentará um esboço de um mapa

indicando os caminhos e os identificará através de números, apresentado no Apêndice C – Croqui estrutural da escola: rotas.

As análises de forma descritiva são apresentadas por meio de quadros que facilitaram a visualização dos resultados, sendo apresentado no item 4 deste trabalho. Assim, foi possível averiguar se a instituição está preparada para proporcionar acessibilidade a seus alunos, e potencializará eventuais pontos que necessitem adequação à norma.

3.4 Caracterização do campo de pesquisa

A Escola de Educação Básica Getúlio Vargas foi inaugurada em 12/03/1940 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Getúlio Vargas. Está situada à Rua João Motta Espezim, nº 499, Saco dos Limões em Florianópolis – SC. Uma escola de caráter Estadual e administrada pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Possui como principal objetivo “ação educativa sob os princípios da universalização de igualdade de acesso, na obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica”, visando a permanência do aluno na escola e priorizando o aprendizado para buscar seu sucesso. Outro objetivo é a busca por qualidade com participação da “comunidade para a produção de espaços para a inter-relação cultural visando o desenvolvimento dos educandos para a formação do cidadão”. (ESCOLA ESTADUAL BÁSICA GETÚLIO VARGAS, 2015)

O colégio atende tanto os alunos dos anos iniciais (1º ao 5º ano), os alunos dos anos finais (6º ao 9º ano) e os alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. nos períodos matutino e vespertino. O aluno é matriculado aos seis anos de idade no 1º ano e permanecem na escola até o 3º ano do ensino médio. Na sua maioria, esse público são moradores de bairros do Saco dos Limões e Caieira do Saco dos Limões, mas parte deles são de bairros do sul da ilha como Campeche, Armação, Costeira, Tapera e Carianos. (ESCOLA ESTADUAL BÁSICA GETÚLIO VARGAS, 2015)

A escola possui 27 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala informatizada, 01 secretária, 01 sala de recursos, 03 salas destinadas à direção, 02 salas de professores, 01 auditório, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 quadra de esportes, 01

ginásio de esportes, 03 laboratórios, 01 sala SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado) e 01 sala de convivência.

Com relação a acessibilidade o Projeto Político Pedagógico (2015) entende como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento e elementos”. Garante que a escola deve adotar medidas para possibilitar o acesso das pessoas com deficiência aos espaços adaptando questões urbanística, arquitetônica, mobiliários e equipamentos, transporte, comunicação e informação. Destaca que “a acessibilidade está diretamente ligada à inclusão escolar e, portanto, não somente a reestruturação física predial aos portadores de necessidades especiais”. (ESCOLA ESTADUAL BÁSICA GETÚLIO VARGAS, 2015).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados e análises dos dados coletados, além de indicar aspectos relevantes para adequação a norma. Apresentará os Itens da NBR 9050 adotados na pesquisa e a avaliações da biblioteca e das rotas representadas por meio de quadros e figuras.

Serão utilizados quadros, apresentados como Quadro 1 – Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura; Quadro 2 – Avaliação da Biblioteca: Mobiliário - Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho; Quadro 3 – Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Balcões; e Quadro 4 – Avaliação das Rotas: Acesso de circulação – Piso e Porta.

Estes quadros permitem a comparação da estrutura física da biblioteca e a norma, no qual será possível observar de maneira estruturada as semelhanças e diferenças.

4.1 Avaliações da biblioteca

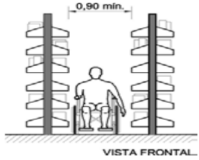

Para comparar a estrutura da biblioteca com as especificações da norma utilizaram-se três quadros. Assim, as avaliações estão pautadas nas análises dos quadros de forma individual. São eles:

- a) Quadro 1 - Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura;
- b) Quadro 2 - Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho;
- c) Quadro 3 - Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Balcões;
- d) Quadro 4 - Avaliação da Biblioteca: Acesso de circulação – Piso e Porta.

A fim de um melhor entendimento sobre o posicionamento do mobiliário e a distância entre eles, criou-se um croqui do layout da biblioteca que auxilia na análise dos dados e está apresentado no Apêndice B.

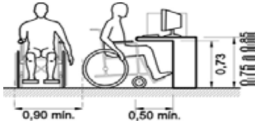
O quadro 1 representa a avaliação da biblioteca com relação Equipamentos Urbanos. Possui a finalidade de avaliar a largura dos corredores entre as estantes e áreas para manobras de cadeiras de rodas; altura das estantes, material em Braille e audiovisual; e terminais de consulta.

Quadro 1 – Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos				
AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA				
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação	
8.7.1	Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis.	SERÁ AVALIADA NA NBR 9.5 - ESPECIFICAÇÕES DE BALCÕES.		
8.7.2	Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.	SERÁ AVALIADA NA NBR 9.3 - ESPECIFICAÇÕES PARA MESAS OU SUPERFÍCIES PARA REFEIÇÃO OU TRABALHO.		
8.7.3	A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.		A maioria das estantes não possui distância mínima. E não existe espaço para manobra de cadeira de rodas	Reposicionar as estantes.
8.7.4	A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.		As estantes possuem tamanhos variados, que vão de 1,00m a maiores de 2,00m.	Reposicionar os livros, colocando obras destinadas ao ensino fundamental em estantes de menor altura, e obras destinadas ao ensino médio e professores em estantes maiores. Reposicionar as estantes para organização da biblioteca.
8.7.5	Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.	Possui recursos audiovisual como DVDs e CDs	Não possui material em Braille, mas possui como material audiovisual DVDs e CDs de disciplinas.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Cont. Quadro 2 – Avaliação da Biblioteca: Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura

8.7.6	<p>Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R (Pessoa em cadeira de Roda). e P.M.R (Pessoa com mobilidade Reduzida). Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.</p>		<p>Possui dois computadores, mas não se caracterizam como terminal de consulta do acervo.</p>	<p>As Mesas possuem a especificação da norma</p>
-------	---	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

A análise do quadro descreve que o subitem 8.7.3 da NBR em estudo, avalia que a distância entre as estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90m de largura. E nos corredores entre as estantes, a cada 15,00m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas, recomenda-se a rotação de 180°.

Na biblioteca constam quatro corredores entre as estantes, dois possuem a distância mínima e os outros dois não, como mostra Apêndice B - Croqui Layout da Biblioteca. Assim, está parcialmente dentro da norma.

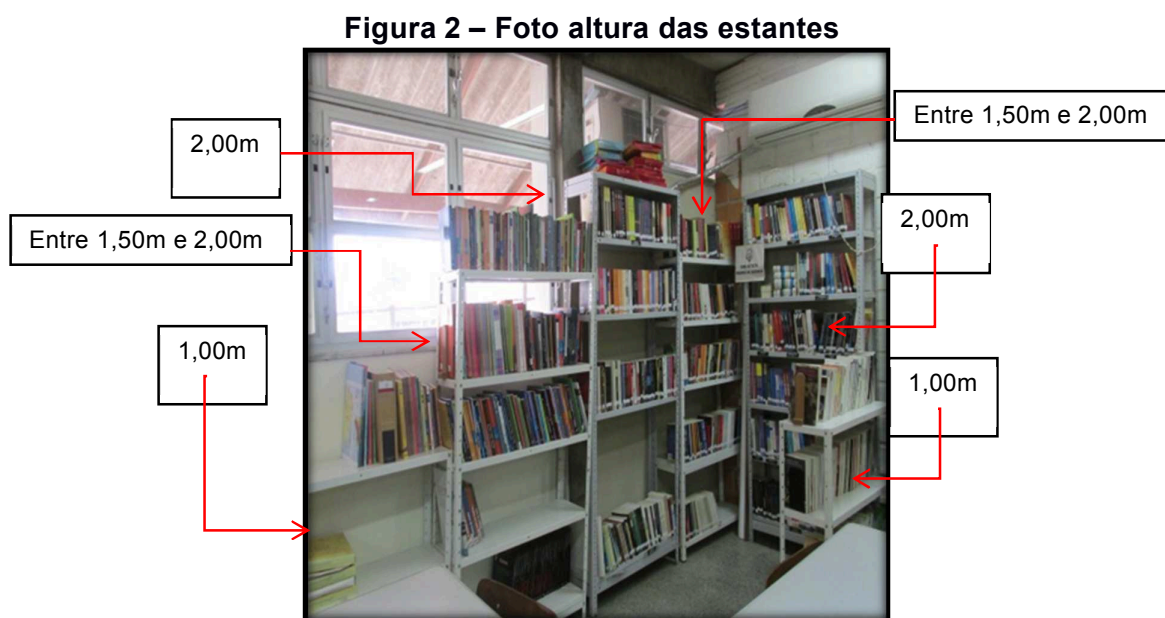
Com relação a espaço para a manobra de cadeiras de roda, conforme observado no Apêndice B, e comparado com especificação do subitem 4.3.3 Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento, a distância mínima ideal é de 1,50m x 1,20m o que permitirá a manobra da cadeira de rodas entre as estantes. A biblioteca não atende esta especificação como mostra a figura 1.

Figura 1 – Foto distância das estantes



Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

O subitem 8.7.4 da norma estabelece que a altura da estante deve possuir a máxima de 1,55m o que permite o alcance dos livros pelos usuários. As estantes possuem tamanhos variados que vão de 1,00m a mais de 2,00m espalhadas disformemente no ambiente. São de madeira ou metal, algumas são caracterizadas por serem fabricadas na própria escola, sendo algumas fora do especificado pela norma, como mostra a figura 2. Estas estantes estão localizadas próximas ou em frente às janelas da biblioteca.



Fonte: Foto da autora, outubro de 2015.

O subitem 8.7.5 da norma recomenda que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais. A unidade em estudo não possui material em Braille, mas possui como material audiovisual DVDs e CDs de disciplinas de conteúdos, são por volta de 180 unidades, mas não são destinados a usuários deficientes visuais. A figura 3, mostra todo oervo audiovisual da biblioteca, as caixas vermelhas também possuem material.

Figura 3 – Foto acervo de CDs e DVDs



Fonte: Foto da autora, outubro de 2015.

O subitem 8.7.6 da norma estabelece que

... pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet deve ser acessível a [pessoa em cadeira de roda e pessoas com mobilidade reduzida], recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 88)

A biblioteca possui dois computadores com acesso a internet, mas não se caracterizam como terminais de consulta, pois a biblioteca não possui um sistema que possibilite o usuário a consultar o acervo. No entanto, as mesas em que se encontram estão dentro das especificações do subitem 9.3 - Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho. Na figura 4, possibilita a visualização dos equipamentos.

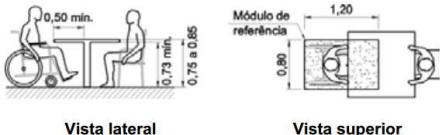
Figura 4 – Foto computadores

Fonte: Foto da autora, outubro de 2015.

Para a adequação a norma que se refere a Equipamentos Urbanos – bibliotecas e centros de leitura, discutida no quadro 2, sugere-se o reposicionamento das estantes que atendam a distância mínima entre elas de 0,90m e a área para manobras de cadeiras com espaços de 1,50m x 1,20m. Já com relação a altura das estantes, considerando a realidade da escola, não é possível atender a norma. Sugere-se ainda que o acervo deva ser posicionado de acordo com a necessidade dos alunos, colocando obras destinadas ao ensino fundamental em estantes de menor altura, e obras designadas ao ensino médio, professores e de pouco uso em estantes maiores, o que exige também o reposicionamento das estantes para uma melhor organização da biblioteca.

O quadro 2 possui a finalidade de avaliar as mesas ou superfícies para refeições ou trabalho no ambiente da biblioteca, e especifica sobre a quantidade mínima de mesas para pessoa em cadeira de roda (P.C.R); a localização das mesmas, e a área de aproximação para a P.C.R.

Quadro 3: Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA: Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
9.3.1	Quando mesas ou superfícies para refeições ou trabalho são previstas em espaços acessíveis, pelo menos 5% delas, com no mínimo uma do total, deve ser acessível para P.C.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.	Possui 5 mesas para consulta. Se utilizadas as cabeceiras das mesas, todas são acessíveis.	Não necessita adequação.
9.3.2	As mesas ou superfícies devem estar localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço.	As mesas estão localizadas em toda a biblioteca.	Não necessita adequação.
9.3.3	<p>Área de aproximação: As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m</p>  <p style="text-align: center;">Figura 161 — Mesa — Exemplo</p>	As mesas possuem altura nas cabeceiras de 0,79 m e nas laterais um ferro que liga os pés. Desse ferro até p chão mede 0,63m. O tampo mede 0,88m x 1,90m	Os cadeirantes podem fazer uso das cabeceiras das mesas não exigindo adequação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Como observado no quadro 2, os subitens 9.3.1 e 9.3.2 estabelecem que 5% das mesas devem estar em locais acessíveis, sendo obrigatório no mínimo uma mesa com acessibilidade para pessoas em cadeiras de roda. A biblioteca possui cinco mesas, todas dentro dos padrões de acessibilidade, que serão descritos a seguir. Duas delas estão em locais acessíveis perto da porta de entrada, como mostra a Apêndice B - Croqui Layout da Biblioteca.

Já o subitem 9.3.3 estabelece critérios sobre a área de aproximação de mesas ou superfícies. Devem possuir altura de no mínimo 0,73m do piso e garantir que uma pessoa de cadeira de rodas possa se aproximar de maneira frontal, o que possibilita avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m. As mesas da biblioteca têm altura nas cabeceiras de 0,79m e nas laterais possuem um ferro que liga os pés, a medida do ferro até o chão é de 0,63m, e o tampo mede 0,88m x 1,90m, área de aproximação da cabeceira é de 0,50m. Na figura 5, é possível visualizar as medidas coletadas.

Figura 5 – Foto mesas

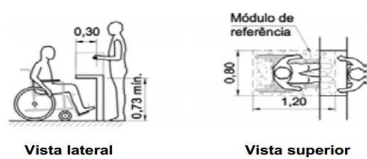


Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

A Biblioteca não possui uma mesa destinada apenas ao cadeirante, no entanto a figura 5 mostra que a cabeceira da mesa possui altura e tamanho mínimo estabelecido pelo subitem 9.3.3 da norma, avaliados no quadro 2. Observa-se também que duas das mesas estão em rotas acessíveis, como especifica o subitem 9.3.2. Assim, não existe necessidade de adequação a norma para mesas ou superfícies para trabalho.

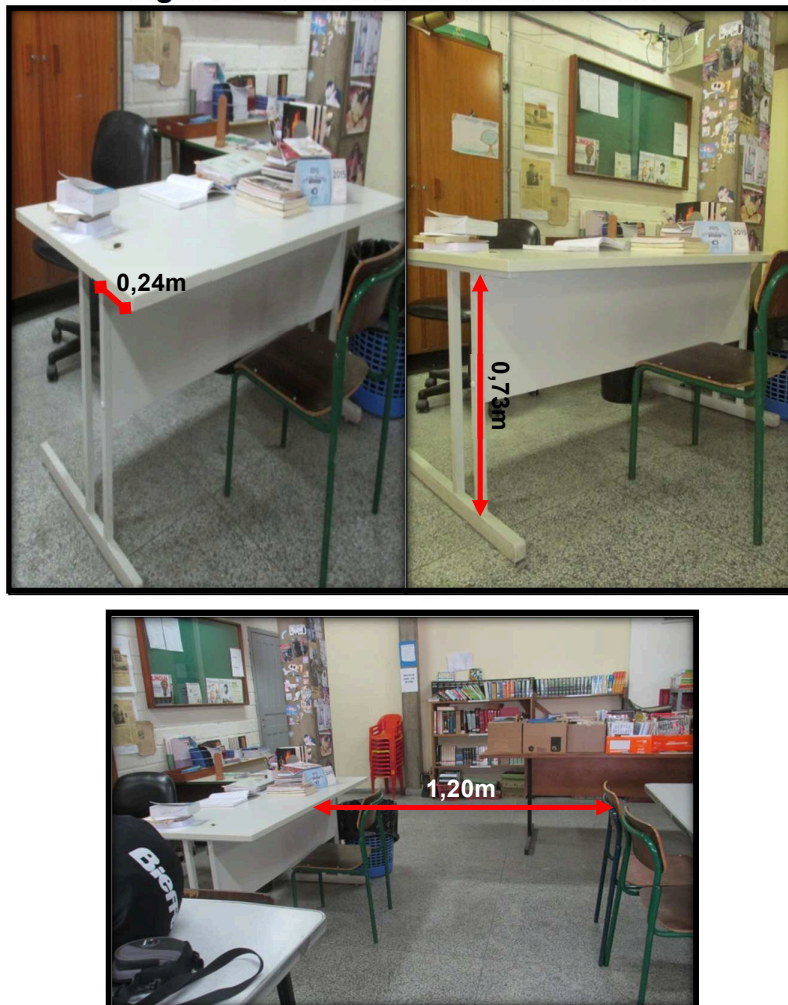
Para avaliar o balcão da biblioteca, foi elaborado o quadro 3. Neste sentido utilizou-se os subitens 9.5.1 e 9.5.2 da norma trabalhada na pesquisa, que determinam sobre a localização dos balcões de atendimento e trazem especificações quanto a medidas.

Quadro 4: Avaliação da Biblioteca: Mobiliário – Balcões

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA: Balcão			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
9.5.1	Os balcões de vendas ou serviços devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em rotas acessíveis.	Dentro dos padrões da norma	Não necessita adequação
9.5.2	<p>Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão. Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m.</p>  <p>Vista lateral</p> <p>Vista superior</p> <p>Figura 163 — Balcão — Exemplo</p>	Balcão de atendimento possui altura de 0,73m e profundidade de 0,24 m. A distancia entre o balcão de atendimento e a mesa é de 1,20m	Profundidade do balcão de atendimento de 0,24 m para 0,30m

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

O quadro 3, estabelece que o balcão de atendimento deve ser acessível a pessoa em cadeira de roda e estar localizados em rotas acessíveis. Dispõem ainda que quando for prevista a aproximação frontal do balcão, deve possuir altura de no mínimo 0,73m e no máximo de 0,90m do piso, e profundidade de no mínimo 0,30m. Para garantir a aproximação frontal é necessário o espaço de um módulo de referência, ou seja, o tamanho mínimo que uma pessoa em cadeira de rodas ocupa. Conforme especificação do subitem 4.2.2 este tamanho compreende-se em 1,20m x 0,80m. Na figura 6, é possível verificar as medidas coletadas.

Figura 6 – Foto balcão de atendimento

Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

Conforme figura 6, verificou-se que o balcão de atendimento da biblioteca possui altura de 0,73m e a distância entre o balcão de atendimento e a mesa é de 1,20m. A especificação que não atende a norma é a profundidade do balcão, que compreende 0,24m e deveria ser de 0,30m. Sugere-se a adequação a norma para que o cadeirante possa utilizar o balcão de atendimento sem bater com as pernas no balcão quando posicionar a cadeira de rodas.

Para avaliar o piso da biblioteca, foi elaborado o quadro 4. Na elaboração do quadro, utilizou-se os subitens 6.1.1 a 6.1.4; 6.1.7; 6.5; 6.6 e 6.9 da norma trabalhada na pesquisa, que especificam as características ideais de piso; o uso do

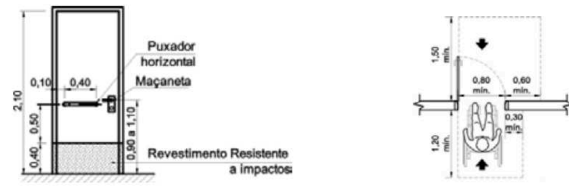
piso tátil; determinam sobre os desníveis, capachos, forrações, carpetes e tapetes, rampas e degraus; e especifica sobre as medidas da porta.

Quadro 5 – Avaliação da Biblioteca: Acesso de circulação – Piso e Porta

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA: Piso			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
6.1.1	Piso: Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas. Recomenda-se evitar a utilização de um padrão na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade).	O piso é de pedra, possui superfície regular.	Não necessita adequação
6.1.2	Piso tátil de alerta: deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança. O piso tátil de alerta deve ser cromo diferenciado ou deve estar associado à faixa de cor contrastante com o piso adjacente,	Não possui piso tátil de alerta	Implementar piso tátil de alerta.
6.1.3	Piso Tátil Direcional: deve ser utilizado quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminamento em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação.	Não possui piso tátil.	Implementar piso tátil
6.1.4	Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%). Desníveis superiores a 15mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados.	O piso é de pedra, possui superfície regular.	Não necessita adequação
6.1.7	Capachos, forrações, carpetes e tapetes: Os capachos devem ser embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5mm. / Os carpetes e forrações devem ter as bordas firmemente fixadas ao piso e devem ser aplicados de maneira a evitar enrugamento da superfície. / A altura da felpa do carpete em rota acessível não deve ser superior a 6mm. Deve ser evitado o uso de manta ou forro sob o carpete. Deve-se optar por carpetes com maior resistência a compressão e desgaste, que devem ser confeccionados em felpa laçada com fios bem torcidos, com no mínimo, 10 tufo por cm ² . Tapetes devem ser evitados em rotas acessíveis.	Não possui capachos, forrações, carpetes e tapetes.	Não necessita adequação.
6.5	Rampa: A inclinação das rampas, deve ser calculada segundo a equação: $i = h \times 100 / c$. onde: i é a inclinação, em porcentagem; h é a altura do desnível; c é o comprimento da projeção horizontal. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.	Não possui rampas.	Não necessita adequação.
6.6	Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical. A dimensão do espelho de degraus isolados deve ser inferior a 0,18 m e superior a 0,16m. Devem ser evitados espelhos com dimensão entre 1,5 cm e 15 cm. Dimensionamento de escadas fixas. As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada, atendendo às seguintes condições: a) pisos (p): $0,28 \text{ m} < p < 0,32 \text{ m}$; b) espelhos (e) $0,16 \text{ m} < e < 0,18 \text{ m}$; c) $0,63 \text{ m} < p + 2e < 0,65 \text{ m}$. p = largura do degrau. A largura mínima recomendável para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m. As escadas fixas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.	Não possui degraus e escada fixa.	Não necessita adequação

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Cont. Quadro 4 – Avaliação da Biblioteca: Acesso de circulação – Piso e Porta

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA: Piso			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
6.9	<p>As portas devem seguir as dimensões das figuras apresentadas a baixo</p>  <p>Vista frontal</p> <p>Figura 92 — Aproximação de porta frontal - Exemplo</p>	<p>Não possui revestimento resistente a impacto e puxador horizontal, a largura é de 0,77m e não atende a norma. A altura é de 2,10m e atende a norma.</p>	<p>Adequar porta.</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Conforme quadro 4, verificou-se que o piso utilizado na biblioteca é de pedra e possui superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição. Não foi detectado desníveis de qualquer natureza, rampas e degraus. Como também a biblioteca não faz uso de capachos, forrações, carpetes e tapetes.

Com relação a porta, o subitem 6.9 da Norma estabelece que deve possuir altura de 2,10m, largura de 0,80m, possuir um puxador de 0,40m de comprimento preso a porta a uma distância de 0,50m do chão, a maçaneta a uma distância de 0,90m a 1,10m de distância do chão e um revestimento resistente a impactos de 0,40m localizado na parte inferior da porta.

Conforme figura 7, é possível averiguar as dimensões e observar os padrões da porta da biblioteca.

Figura 7 – Foto porta da biblioteca



Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

Assim, a porta não possui revestimento resistente a impacto na parte inferior e puxador horizontal. Algumas dimensões também não atendem as especificações da norma. Atende as especificações a altura total da porta que corresponde a 2,10m e a altura do chão até a maçaneta que é de 1,08m. A área para aproximação frontal da porta deve ser de 1,20m x 1,10m na parte externa da biblioteca e de 1,50m x 1,40m na parte interna da biblioteca. A parte externa atende a especificação da norma e a parte interna possui espaço, mas é necessário realocar as cadeiras plásticas posicionadas na entrada da biblioteca. A largura da porta compreende em 0,77m, sendo o mínimo permitido de 0,80m impossibilitando uma cadeira de rodas de entrar na biblioteca, ou seja, não está dentro das especificações da norma.

Sugere-se adequação a norma quanto a largura da porta da biblioteca para que um usuário cadeirante possa ter acesso a biblioteca e a colocação do piso tátil de alerta e direcional conforme especificações da norma para que o deficiente visual possa ter acesso a todo o espaço de forma independente.

4.2 Avaliação das rotas

A avaliação das rotas tem o objetivo de averiguar se um aluno com deficiência consegue chegar à biblioteca caso esteja em algum prédio dentro da escola. Para comparar as rotas da escola com as especificações da norma utilizam-se três quadros. Assim, as avaliações são pautadas nas seguintes análises:

- a) Análise das rotas, conforme a norma, de forma conjunta representadas nos quadros 5, 6 e 7
- b) Detalhamento das deficiências e ajuste das mesmas;
- c) Apresentação de fotos com o detalhamento de dados coletados.

Os quadros para comparação das rotas com a norma são:


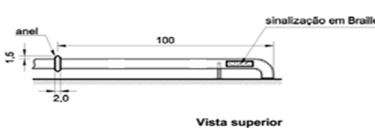
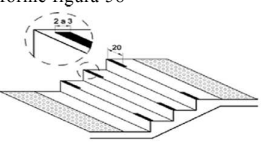
- a) Quadro 5 - Avaliação das Rotas: Sinalização
- b) Quadro 6 - Avaliação das Rotas: Acesso de circulação
- c) Quadro 7 - Avaliação das Rotas: Escola

As rotas estão representadas no Apêndice C – Croqui Estrutural da Escola: rotas. Cada rota representa uma possível trajetória que um aluno realiza para chegar a entrada da biblioteca, e são identificadas por letras e pela denominação rota acessível. Estão organizadas da seguinte forma:

- a) Rota acessível – liga a entrada principal a biblioteca;
- b) Rota A - liga a entrada secundária a rota acessível;
- c) Rota B - liga a quadra coberta a rota acessível;
- d) Rota C - liga a quadra descoberta a rota acessível;
- e) Rota D - liga as salas de aula (prédios 8 e 9) a rota acessível;
- f) Rota E - liga o refeitório a rota acessível;
- g) Rota F - liga a secretária a rota acessível;
- h) Rota G - liga o auditório a rota acessível;
- i) Rota H - liga a entrada secundária a rota acessível;
- j) Rota I - liga a sala dos professores e coordenação a rota acessível.

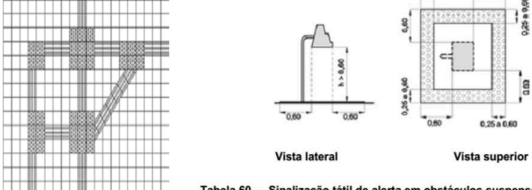
Para avaliar a sinalização das rotas, foi elaborado o quadro 5. Neste sentido, utilizou-se os subitens 5.3; 5.11; 5.12; 5.13; 5.14 da norma trabalhada na pesquisa.

Quadro 6 – Avaliação das Rotas: Sinalização

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos																																		
AVALIAÇÃO DAS ROTAS ACESSIVEL: sinalização																																		
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação																															
5.3	<p>As informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário, nos espaços e equipamentos urbanos devem ser sinalizadas de forma visual, tátil ou sonora, no mínimo conforme tabela 1</p> <p style="text-align: center;">Tabela 1 — Aplicação e formas de comunicação e sinalização</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Edificação/ espaço/ equipamentos</th> <th rowspan="2"></th> <th>Visual</th> <th>Tátil</th> <th>Sonora</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Permanente</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> </tr> <tr> <td rowspan="3">Direcional</td> <td>Direcional</td> <td>X</td> <td>X (no piso)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>De emergência</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Temporária</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td rowspan="2">Mobiliário</td> <td>Permanente</td> <td>X</td> <td>X (no piso)</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td>Temporária</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Edificação/ espaço/ equipamentos		Visual	Tátil	Sonora	Permanente	X	X		Direcional	Direcional	X	X (no piso)		De emergência	X	X	X	Temporária	X			Mobiliário	Permanente	X	X (no piso)	X	Temporária	X			Não consta nenhuma sinalização.	Implementar sinalização visual, tátil e sonora.
Edificação/ espaço/ equipamentos				Visual	Tátil	Sonora																												
		Permanente	X	X																														
Direcional	Direcional	X	X (no piso)																															
	De emergência	X	X	X																														
	Temporária	X																																
Mobiliário	Permanente	X	X (no piso)	X																														
	Temporária	X																																
5.11	<p>Planos e mapas táteis: Devem seguir as especificações da ilustração</p>		Não consta Planos e mapas táteis.	Implementar Planos e mapas táteis.																														
5.12	<p>Sinalização tátil de corrimãos de escadas e rampas possuem: a) anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00m antes das extremidades, conforme figura 57; b) sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos no início e no final das escadas fixas e rampas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão.</p>  <p style="text-align: center;">Figura 57 — Sinalização de corrimãos</p>	Não constam corrimões sinalizados.	Implementar corrimões nas rampas e sinalizá-los.																															
5.13	<p>Sinalização visual de degraus: Todo degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02m e 0,03m de largura. Essa sinalização pode estar restrita à projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20 m de extensão, localizada conforme figura 58</p>  <p style="text-align: center;">Figura 58 — Sinalização visual no piso dos degraus - Exemplo</p>	A única escada está localizada no prédio dois e não consta sinalização.	Implementar sinalização.																															

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Cont. Quadro 5 – Avaliação das Rotas: Sinalização

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DAS ROTAS ACESSÍVEL: sinalização			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
5.14	<p>Sinalização tátil de alerta: Deve ser instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento nas seguintes situações: a) obstáculos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado, que tenham o volume maior na parte superior do que na base, sendo que a superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta. b) nos rebaixamentos de calçadas, em cor contrastante com a do piso; c) no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada de 0,32 m no máximo do ponto onde ocorre a mudança do plano; e) junto a desníveis, tais como plataformas de embarque e desembarque, palcos, vãos, entre outros, em cor contrastante com a do piso. Deve ter uma largura entre 0,25 m e 0,60 m, instalada ao longo de toda a extensão onde houver risco de queda, e estar a uma distância da borda de no mínimo 0,50 m. Para a composição da sinalização tátil de alerta e direcional, sua aplicação deve atender às seguintes condições: a) quando houver mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, deve haver uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto. Essas áreas de alerta devem ter dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional, b) quando houver mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia deve ser sinalizada com piso tátil direcional; c) nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, esta deve encontrar com a sinalização tátil de alerta.</p>  <p>Tabela 60 — Sinalização tátil de alerta em obstáculos suspensos – Exemplo</p> <p>Figura 67 — Composição de sinalização tátil de alerta e direcional – Exemplo</p>	Não tem sinalização no piso.	Implementar piso tátil direcional e de alerta.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

O quadro 5 estabelece requisitos para que as rotas tenham sinalizações adequadas. O subitem 5.3 da norma determina três tipos de sinalização, a visual, a tátil e a sonora. As rotas não possuem nenhuma das três sinalizações indicadas.

O subitem 5.11 da norma faz menção a planos e mapas táteis, indicados para a localização do deficiente visual no espaço físico. As rotas não possuem nenhuma sinalização de planos ou mapas táteis, o que dificulta a locomoção dos alunos deficientes visuais.

O subitem 5.12 da norma traz especificações para a sinalização tátil de corrimãos de escadas e rampas, também indicados para o deficiente visual. Não consta corrimão em rampas, e na escada que se encontra no prédio 2 (Apêndice C), consta corrimão mas não possuem sinalização tátil com anel com textura contrastante com a superfície do corrimão ou a sinalização em Braille, deve informar sobre os pavimentos no início e no final das escadas fixas e rampas. Importante ressaltar que os alunos com deficiência não fazem uso das salas de aula deste

prédio, quando uma turma possui um aluno com deficiência, a sala de aula é locada em um local que não possui escada.

O subitem 5.13 da norma refere-se a sinalização visual de degraus, especifica que os degraus ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento. As rotas traçadas não possuem degraus o que não exige a implantação da norma nas rotas. No entanto a escada do prédio 2 não possui sinalização nos degraus.

Na figura 8, é possível visualizar a falta da sinalização no corrimão e nos degraus. Destaca-se que os padrões de medidas para os corrimões serão apresentados no subitem 6.7.

Figura 8 – Foto escada prédio 2



Fonte: Foto da autora, outubro de 2015.

O subitem 5.14 da norma refere-se a Sinalização tátil de alerta e direcional. Esta sinalização, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) se caracteriza como um piso que possui diferenciação de textura em relação ao piso adjacente. Destinado a alertar o deficiente a algum obstáculo ou perigo, ou ainda serve como linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual, devem ser em relevos o que permite a uma pessoa com deficiência visual ou qualquer outra

Cont. Quadro 6 – Avaliação das Rotas: Acesso de circulação

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos																								
AVALIAÇÃO DAS ROTAS: circulação																								
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação																					
6.5	<p>Rampa: A inclinação das rampas, deve ser calculada segundo a equação: $i = h \times 100 / c$. onde: i é a inclinação, em porcentagem; h é a altura do desnível; c é o comprimento da projeção horizontal. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50m de percurso. E devem seguir as especificações dos quadros abaixo.</p> <p style="text-align: center;">Tabela 5 – Dimensionamento de rampas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %</th> <th>Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m</th> <th>Número máximo de segmentos de rampa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5,00 (1:20)</td> <td>1,50</td> <td>Sem limite</td> </tr> <tr> <td>$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$</td> <td>1,00</td> <td>Sem limite</td> </tr> <tr> <td>$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$</td> <td>0,80</td> <td>15</td> </tr> </tbody> </table> <p>6.5.1.3 Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente a tabela 5, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33% (1:12) até 12,5% (1:8), conforme tabela 6.</p> <p style="text-align: center;">Tabela 6 – Dimensionamento de rampas para situações excepcionais</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %</th> <th>Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m</th> <th>Número máximo de segmentos de rampa</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>$8,33 (1:12) \leq i < 10,00 (1:10)$</td> <td>0,20</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>$10,00 (1:10) \leq i \leq 12,5 (1:8)$</td> <td>0,075</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table>	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa	5,00 (1:20)	1,50	Sem limite	$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite	$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa	$8,33 (1:12) \leq i < 10,00 (1:10)$	0,20	4	$10,00 (1:10) \leq i \leq 12,5 (1:8)$	0,075	1	Foi calculado a inclinação das rampas na rota acessível	Implementar adequações na rampa 5
Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa																						
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite																						
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite																						
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15																						
Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa																						
$8,33 (1:12) \leq i < 10,00 (1:10)$	0,20	4																						
$10,00 (1:10) \leq i \leq 12,5 (1:8)$	0,075	1																						
6.6	<p>Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical. A dimensão do espelho de degraus isolados deve ser inferior a 0,18 m e superior a 0,16 m. Devem ser evitados espelhos com dimensão entre 1,5 cm e 15 cm. Dimensionamento de escadas fixas. As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada, atendendo às seguintes condições: a) pisos (p): $0,28 \text{ m} < p < 0,32 \text{ m}$; b) espelhos (e) $0,16 \text{ m} < e < 0,18 \text{ m}$; c) $0,63 \text{ m} < p + 2e < 0,65 \text{ m}$. p = largura do degrau. A largura mínima recomendável para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m. As escadas fixas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.</p>	A única escada que existe é dentro do prédio nº 2 (conforme figura 2 no apêndice C).	A largura da escada não confere com a norma. Não existe espaço no prédio para adequação a norma.																					
6.7	<p>Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Medidas conforme figuras ao lado.</p> <p style="text-align: center;">Figura 87— Altura dos corrimãos em rampas e escadas - Exemplos</p>	A única escada que existe é dentro do prédio nº 2 (conforme figura 2 no apêndice C). Nenhuma rampa possui corrimão	Implementar adequações.																					

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

Cont. Quadro 6 – Avaliação das Rotas: Acesso de circulação

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos			
AVALIAÇÃO DAS ROTAS: circulação			
Sub item	Dimensões e Conceitos	Avaliação	Adequação
6.9	Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas: a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m; b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m; c) 1,50 m para corredores de uso público; d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas. Em edificações e equipamentos urbanos existentes onde a adequação dos corredores seja impraticável, devem ser implantados bolsões de retorno com dimensões que permitam a manobra completa de uma cadeira de rodas (180°), sendo no mínimo um bolsão a cada 15,00 m. Neste caso, a largura mínima de corredor em rota acessível deve ser de 0,90 m.	Todos os corredores avaliados nas rotas possuem mais de 1,50 m. Não existe necessidade de bolsões nas rotas.	Não necessita adequação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na NBR 9050:2004.

O subitem 6.1.1 da norma apresenta parâmetros para adequação de piso, estabelecendo que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas como as cadeiras de rodas. Especifica que se deve evitar superfície do piso que possa causar sensação de insegurança, como por exemplo, estampas que causem a impressão de tridimensionalidade. Pisos com inclinações superiores a 5% são consideradas rampas. Na figura 10 é possível visualizar tais irregularidades.

Figura 10 – Foto desníveis na rota acessível



Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

Todas as rotas traçadas possuem piso em cimento e superfícies irregulares, o que pode ocasionar o acúmulo de limo e trepidação em cadeiras de roda. As irregularidades no piso são ocasionadas principalmente pela adaptação de antigas

escadas em rampas. A figura 10 mostra duas imagens de desníveis encontradas na rota acessível.

Os subitens 6.1.2 e 6.1.3 da norma recomendam a utilização do piso tátil de alerta e piso tátil direcional. A norma especifica que o piso tátil de alerta deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança e que deve possuir contraste de cor com o piso adjacente. E o piso tátil direcional deve servir como guia de caminho em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação. As rotas não possuem sinalização de piso tátil, como já verificado anteriormente. A figura 11, mostra o corredor de entrada no colégio e o corredor de entrada no prédio 2, onde está localizada a biblioteca.

Figura 11 – Rota acessível entrada do colégio e corredor de entrada ao prédio 2



Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015

Em ambas as imagens é possível verificar a ausência da sinalização do piso tátil de alerta, indicado em quando envolve risco de segurança. Neste caso o risco de segurança é o desnível entre a área coberta e a área não coberta, representado com a linha vermelha.

O subitem 6.1.4 da norma recomenda que desníveis de qualquer natureza devem ser evitados nas rotas, e especifica que desníveis no piso de até 5mm não demandam tratamento especial, desníveis superiores a 5mm até 15mm devem ser tratados em forma de rampa e desníveis superiores a 15mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados. As rotas traçadas não possuem

degraus, mas sim rampas e irregularidades na superfície, como apresentado na figura 10.

Os subitens 6.1.5, 6.1.6 e 6.1.7 da norma referem-se a grelhas, juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e de visita, e orientam sobre a utilização de capachos, forrações, carpetes e tapetes. Não foram detectadas nas rotas grelhas e juntas de dilatação, e as tampas de caixas de inspeção e de visita, seguem orientação da norma quando atendem o requisito de estarem absolutamente niveladas com o piso onde se encontram. As rotas são todas em piso de cimento não possuintes de nenhuma outra forração como capachos, forrações, carpetes ou tapetes. Neste sentido ambos os itens não necessitam adequação a norma.

O subitem 6.2 da norma estabelece condições de acessos e determina que todas as entradas das edificações devem ser acessíveis, bem como as rotas que interligam às principais funções do edifício devem possuir a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis. A figura 12 representa a foto da rota E (liga o refeitório a rota acessível) e rota G (liga o auditório a rota acessível).

Figura 12 – Foto rota E e Rota G rampas de acesso as edificações.



Fonte: Fotos da autora, outubro de 2015.

A figura 12 mostra que as edificações possuem rampas o que caracteriza suas entradas como acessíveis. No entanto, encontram-se deficiências em algumas

pessoa com deficiência na rede de ensino regular do Estado. No entanto, o uso da NBR 9050 que estabelece critérios e parâmetros técnicos para proporcionar condições de acessibilidade, deve ser utilizado quando tais adequações forem realizadas.

De acordo com as observações e dados coletados, sempre considerando a realidade econômica da escola, a pesquisadora foi surpreendida ao se deparar com tantos aspectos positivos com relação aos dados coletados, pois se trata de uma escola muito antiga com mobiliário antigo, que a primeira vista não parecem promover acessibilidade. Mas se detalhados de acordo com os parâmetros da norma e, algumas vezes, reposicionados, são de fato acessíveis. Como observado nas mesas dentro da biblioteca, que na sua cabeceira possui tamanho previsto na NBR 9050.

Como ponto negativo, destaca-se que as bibliotecas das redes de ensino do Estado, não possuem profissionais Bibliotecários, na sua maioria são professores realocados para a biblioteca. Em decorrência da grande rotatividade de profissionais atuando na biblioteca pesquisada, não foi possível coletar dados relevantes da mesma para caracterização da unidade. Uma vez que, no período de aproximadamente 6 meses ocorreu a troca de três responsáveis. Neste período, obtive contato apenas com dois deles.

Na última ocasião, a professora designada, estava recebendo consultorias voluntárias por uma bibliotecária. No entanto, a biblioteca não é informatizada, o acervo encontrava-se com material antigo e algumas caixas lacradas com material novo não se sabem à quanto tempo, condições que dificultam o controle do acervo. Observou-se que grande parte do acervo encontra-se catalogado pela CDU, um trabalho exaustivo realizado pelos alunos da UFSC a alguns anos, no entanto, não existe manutenção quanto a organização destes livros, pois os professores designados, na sua maioria não tem conhecimento do sistema de classificação e da organização do material.

Observou-se no período da pesquisa que os profissionais procuram criar estratégias para o funcionamento da biblioteca, mesmo sem conhecer as rotinas da mesma. Neste sentido, a cada troca de funcionário também ocorre a troca de todo o funcionamento da unidade.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a EEB Getúlio Vargas quanto aos dados coletados para a melhoria de seu espaço, por meio dos ajustes e

implementações necessárias. Considera-se este trabalho importante não apenas para o universo acadêmico, mas também para os usuários da biblioteca da escola analisada, e conseqüentemente para a comunidade. Meu desejo é que a escola aproveite a pesquisa para melhorar sua biblioteca.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p.

BENVEGNÚ, Eliane Maria. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva**: estudo de caso - escolas municipais de Florianópolis. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Decreto Nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001**. Brasília, DF, 8 out. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 8 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009**. Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 29 ago. 2015.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. São Paulo, p. 1-15. 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. . **Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/transporte-e-mobilidade/programas-e-acoes/140-secretaria-nacional-de-transporte-e-da-mobilidade/programassemob/2029-brasaccess>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. . **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12648:diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica&catid=192:seesp-educacao-especial>. Acesso em: 3 nov. 2015.

CORRÊA, Priscila Moreira; MANZINI, Eduardo José. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 2, p. 213-230, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200004>. Acesso em: 3 out. 2015.

COSTA, Valdelúcia Alves. Educação Escolar inclusiva: demanda por uma sociedade democrática. **Revista do Centro da Educação UFSM**. Nº22; 2003.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: Conferência de Jomtien. Conferência de Jomtien. 1990. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 3 nov. 2015.

“DEFICIÊNCIA”, in Dicionário On-line de Português [em linha], 2009-2015; <http://www.dicio.com.br/deficiencia/> [consultado em 25-04-2015].

“DEFICIÊNCIA”, in Michaelis: Dicionário de Português Online [em linha], 2009; <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=defici%EAncia> [consultado em 25-04-2015].

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 115 p.

ESCOLA ESTADUAL BÁSICA GETÚLIO VARGAS. **EEB Getúlio Vargas** [Internet]. Florianópolis: EEB Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://eebgetuliovargas.blogspot.com.br/>>. Acesso em 03/11-2015

FIALHO, Janina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessível aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.]. v.17, n.1, p.153-168, jan./mar. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008.

JUNIPLAST. **Acessibilidade: Piso Tátil Alerta 250 x 250mm**. Disponível em: <<http://www.juniplast.com.br/acessibilidade.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003. 95p.

MORAES, Miguel Correia de. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0061-D.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão: Revista da Faculdade de**

Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Assembleia Legislativa/IOESC, 1989.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina**. São José: Fcee, 2006. 52 p. Coordenador Sergio Otavio Bassetti.

Disponível em:

<http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=447&Itemid=91>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SOUZA, Marilda Barbosa Macedo. **Manual para apresentação de trabalho acadêmico e técnico-científico**. Brasília: Edições Câmaras, 2009. (Fontes de referencia. Guias e Manuais).

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Descrição dos itens da NBR 9050 analisados na pesquisa

DESCRIÇÃO DA NBR 9050					
TABELA DE ITENS AVALIADOS					
NORMA		DESCRIÇÃO	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO		JUSTIFICATIVA
ITEM	SUB-ITEM		SIM	NÃO	
1 - Objetivos	* *	***		x	Notas explicativas
2 - Referências Normativas	** *	***		x	Notas explicativas
3 - Definições	** *	***		x	Notas explicativas
4 - Parâmetros antropométricos	4.1	Pessoas em pé	x		Utilizado como base para avaliar espaços e áreas
	4.2	Pessoas em cadeira de rodas	x		
	4.3	Área de circulação	x		
	4.4	Área de transferência	x		
	4.5	Área de aproximação	x		
	4.6	Alcance manual	x		
	4.7	Parâmetros visuais	x		
	4.8	Alcance auditivo	x		
5 - Comunicação e sinalização	5.1	Formas de comunicação e sinalização (visual, tátil e sonora)		x	Notas explicativas
	5.2	Tipos de sinalização		x	Notas explicativas. Sinalização utilizada para indicar a direção de um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício. Na forma tátil, utiliza recursos como linha-guia ou piso tátil.
	5.3	Informações essenciais	x		Será avaliado tipo de sinalização direcional tátil (sinalização direcional é utilizada para indicar a direção de um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício. E a Tátil é realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo). Usado em pisos
	5.4	Símbolos		x	Notas explicativas
	5.5	Sinalização visual		x	Notas explicativas
	5.6	Sinalização tátil		x	Notas explicativas
	5.7	Sinalização sonora		x	Indicada para rotas de fuga, ou seja, para interiores de edificações.
	5.8	Língua brasileira de sinais – Libras		x	Notas explicativas
	5.9	Sinalização vertical - Visual e tátil		x	Notas explicativas

Fonte: Quadro elaborado pela autora através da NBR 9050:2004.

Cont. APÊNDICE A – Descrição dos itens da NBR 9050 analisados na pesquisa

DESCRIBÇÃO DA NBR 9050					
TABELA DE ITENS AVALIADOS					
NORMA		DESCRIÇÃO	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO		JUSTIFICATIVA
ITEM	SUB-ITEM		SIM	NÃO	
5 - Comunicação e sinalização	5.10	Sinalização de portas	x		Será adotada apenas na verificação da porta da biblioteca
	5.11	Planos e mapas táteis	x		Verificar se possui
	5.12	Sinalização tátil de corrimãos	x		Utilizado nas escadas
	5.13	Sinalização visual de degraus	x		Utilizado nas escadas
	5.14	Sinalização tátil no piso	x		
	5.15	Sinalização de emergência		x	Indicada para rotas de fuga, ou seja, para interiores de edificações.
6 - Acesso e circulação	6.1	Circulação - Condições gerais	x		
	6.2	Acessos - Condições gerais	x		
	6.3	Rotas de fuga – Condições gerais		x	Se aplica apenas a edificações.
	6.4	Áreas de descanso		x	Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	6.5	Rampas	x		
	6.6	Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis	x		
	6.7	Corrimãos e guarda-corpos	x		
	6.8	Equipamentos eletromecânicos		x	Não existe equipamentos eletromecânicos
	6.9	Circulação interna (corredores, portas e janelas)	x		
	6.10	Circulação externa		x	Não se aplica - norma indicada para circulação em calçadas a beira de estradas
	6.11	Passarelas de pedestres		x	
	6.12	Vagas para veículos		x	
7 - Sanitários e Vestiários	7.1	Tolerâncias dimensionais		x	Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	7.2	Condições gerais		x	
	7.3	Sanitários		x	
	7.4	Vestiários		x	
8- Equipamentos Urbanos	8.1	Bens tombados		x	Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	8.2	Locais de reunião		x	
	8.3	Locais de hospedagem		x	
	8.4	Serviços de saúde		x	
	8.5	Locais de esporte, lazer e turismo		x	
	8.6	Escolas	x		Será avaliado apenas os sub itens relacionados as rotas acessíveis

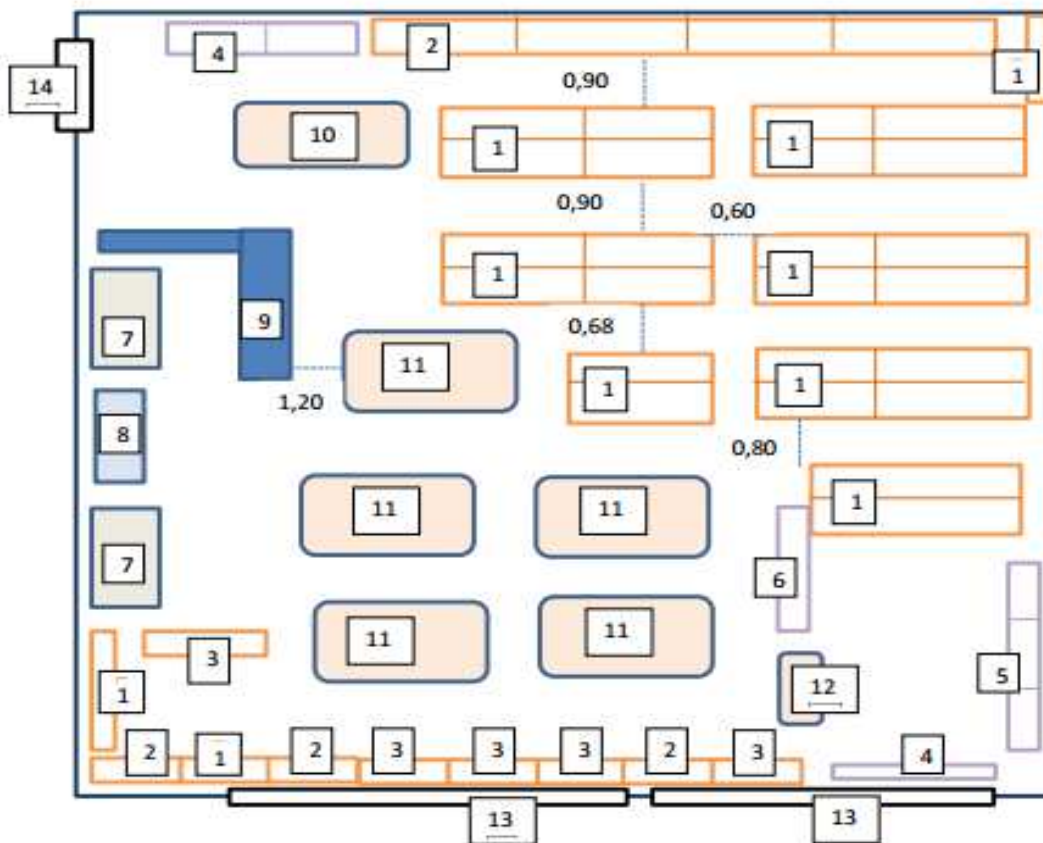
Fonte: Quadro elaborado pela autora através da NBR 9050:2004.

Cont. APÊNDICE A – Descrição dos itens da NBR 9050 analisados na pesquisa

DESCRIÇÃO DA NBR 9050					
TABELA DE ITENS AVALIADOS					
NORMA		DESCRIÇÃO	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO		JUSTIFICATIVA
ITEM	SUB-ITEM		SIM	NÃO	
8- Equipamentos Urbanos	8.7	Bibliotecas e centros de leitura	x		Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	8.8	Locais de comércio e serviços		x	
	8.9	Delegacias e penitenciárias		x	
9 -Mobiliário	9.1	Bebedouros		x	Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	9.2	Telefones		x	
	9.3	Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho	x		
	9.4	Assentos fixos		x	A biblioteca não possui assentos fixos e esta avaliação para as rotas não se aplica ao objetivo da pesquisa
	9.5	Balcões	x		
	9.6	Equipamentos de autoatendimento		x	A biblioteca não possui auto atendimento e esta avaliação para as rotas não se aplica ao objetivo da pesquisa
	9.7	Cabinas de sanitários públicos		x	Não se aplica ao objetivo da pesquisa
	9.8	Abrigos em pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo		x	
	9.9	Semáforos ou focos de pedestres		x	
	9.10	Vegetação		x	

Fonte: Quadro elaborado pela autora através da NBR 9050:2004.

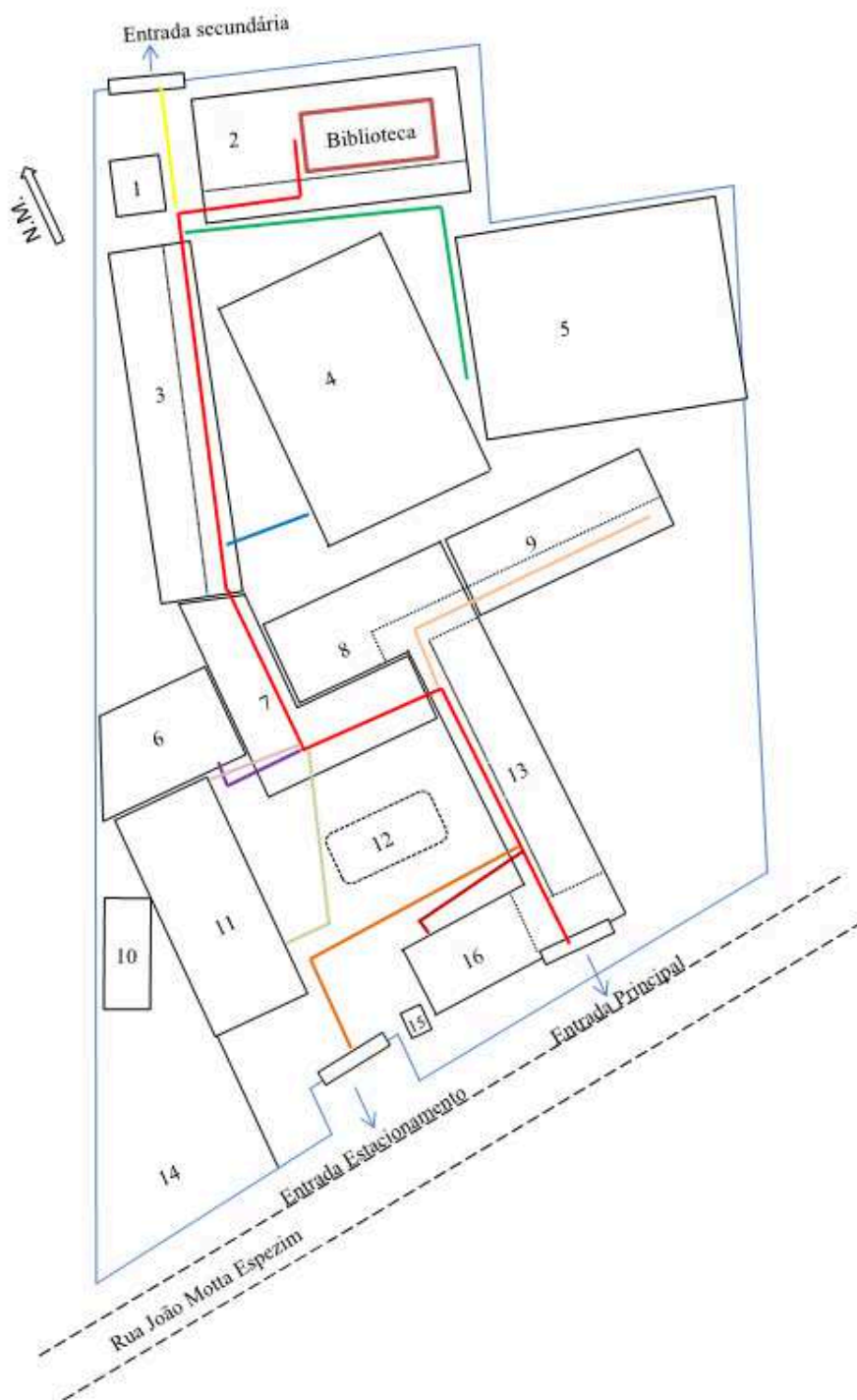
APÊNDICE B – Croqui layout da biblioteca



Legenda	
1	Estante de Ferro com alturas variadas maiores de 2,00m
2	Estante de Ferro com alturas variadas entre 2,00m e 1,50m
3	Estante de Ferro com alturas menores de 1,00m
4	Estante de madeira com alturas de 1,50m
5	Estante de madeira com alturas de 2,00m
6	Estante de madeira com alturas de 1,00m
7	Armário
8	Mesa com dois computadores
9	Balcão de atendimento
10	Mesa com livros de literatura para empréstimo
11	Mesa para estudo
12	Mesa para leitura de crianças
13	Janelas
14	Porta de entrada

Croqui elaborado pela autora com base na observação da biblioteca.

APÊNDICE C – Croqui estrutural da escola: Rotas



Croqui elaborado pela autora com base na observação da escola.

